

A GEOGRAFIA CRÍTICA BRASILEIRA: REFLEXÕES SOBRE UM DEBATE RECENTE

Luis Lopes DINIZ FILHO²

Resumo

O objetivo deste artigo é fazer algumas reflexões acerca dos debates travados durante o I Colóquio Nacional de Epistemologia da Geografia sobre a tendência de análise geográfica conhecida como a "Geografia Crítica". Fundamentalmente, retomam-se os pressupostos essenciais dos trabalhos pioneiros dessa corrente, publicados nos anos 70 e 80, para estabelecer a utilidade da expressão "Geografia Crítica" no contexto histórico contemporâneo, no qual se faz urgente discutir tais pressupostos de forma mais profunda.

Palavras-chave: epistemologia; geografia crítica; marxismo.

Abstract

The brazilian critical geography: reflections on a recent debate

This article presents some reflections on the debate of the analytic approach of "critical geography", as it is commonly known, which rose on the 1st National Colloquium of Epistemology of Geography. Basically, it points to principal assumptions in pioneer oeuvres of this current, which were published throughout the seventies and eighties, to demonstrate the utility of the expression "Critical Geography" in its contemporary historical context, and which urge for a more profound discussion of its theoretical premises.

Key words: epistemology; critical geography; marxism.

¹ Agradeço aos Professores Júlio César Suzuki e Francisco de Assis Mendonça pela leitura crítica deste artigo.

² Professor do Departamento de Geografia da UFPR - Av. dos Estados, 505 - ap. 104 - Água Verde - Curitiba (PR) - 80.610-040. E-mail: diniz@ufpr.br

Em novembro de 2001, o Departamento de Geografia da UFPR organizou uma mesa redonda sobre o tema "Geografia Crítica", a qual fazia parte do I Colóquio Nacional de Pós-Graduação em Geografia. Tratou-se de uma iniciativa de grande importância, visto que, passados mais de vinte anos desde que surgiram os primeiros trabalhos de Geografia inspirados em idéias "críticas" ou "radicais", faz-se necessário efetuar um balanço sobre os resultados das pesquisas realizadas sob influência dessas idéias.

Visando estimular a continuidade dessa iniciativa, o presente artigo tem como objetivo refletir sobre algumas discussões realizadas durante a mesa redonda e os textos redigidos pelos debatedores sobre o tema proposto com o fim de estabelecer a necessidade de uma reflexão mais abrangente e aprofundada sobre a Geografia Crítica do que aquelas que têm sido realizadas (com pouca freqüência, diga-se de passagem) desde a década passada³.

Sendo assim, é preciso colocar que o sentido da expressão "Geografia Crítica" foi posto em questão durante os debates, assim como a própria existência de uma corrente de pensamento geográfico que pudesse ser designada dessa forma. Afirmou-se até que a proposta dos geógrafos que há cerca de vinte anos empreenderam uma renovação profunda da Geografia brasileira nunca foi a de estabelecer uma nova vertente de análise geográfica designada pelo termo "crítica", pois o que havia de comum nos trabalhos produzidos entre o final dos anos 70 e início dos 80 seria apenas "uma certa criticidade", isto é, um espírito crítico na análise da produção geográfica realizada até então e dos problemas da sociedade capitalista. No texto que preparou para a mesa redonda, Ruy Moreira (2002, p. 47) destacou que havia uma multiplicidade de expressões que foram aplicadas para indicar as propostas de reformulação da Geografia apresentadas naquela época, tais como "Renovação Geográfica" – a qual o próprio Moreira vem utilizando nos últimos anos –, "Geografia Radical", "Libertária", entre outras. Desse modo, "Geografia Crítica" seria tão-somente o mais usual dos rótulos formulados para designar a mudança que vinha sendo operada na maneira de produzir conhecimento geográfico até aquela época, sem entretanto configurar uma proposta explícita e consistente de edificação de uma nova corrente da Geografia.

Este é um ponto que necessita sem dúvida ser discutido, pois os geógrafos contemporâneos há muito se habituaram a ler e escrever expressões como "Geografia Crítica ou Radical" antecedidas do artigo "a", o que sugeria existir ou estar em construção uma vertente diferenciada de análise geográfica que seria designada desse modo⁴. Teria havido uma má interpretação da maioria dos geógrafos em relação ao que de fato estava sendo proposto pelos pioneiros dessa Geografia que se convencionou chamar de Crítica, ou será que aqueles autores na verdade procuraram sim estabelecer uma nova vertente de análise geográfica designada por expressões como essas, tentativa que entretanto não foi muito bem-sucedida ou que já se esgotou pelo próprio sucesso?

Realmente, não há como negar que adjetivos como "Crítica" e "Radical" não informam diretamente a respeito de que tipo de análise se trata, num sentido epistemológico, na medida em que não remetem explicitamente a nenhuma matriz específica de pensamento filosófico, ao contrário do que ocorre com denominações

³ O referido Colóquio apresentou três mesas redondas, cada uma abordando uma vertente significativa da Geografia atual, que seriam a Geografia Crítica, a Geografia Ambiental e a Geografia Cultural (KOZEL; MENDONÇA, 2002). Este artigo irá se concentrar apenas na discussão da gênese e formação da Geografia Crítica brasileira, processo ocorrido entre a segunda metade dos anos 70 e início dos anos 80.

⁴ Os trabalhos que publicamos já utilizaram a expressão "Geografia Crítica" com o objetivo de desenvolver algumas propostas de análise geográfica que, tendo como núcleo conceitos e teorias marxistas, dariam corpo a uma forma específica de produzir conhecimento geográfico (DINIZ FILHO, 1999 e 1993).

como Geografia Marxista, Positivista ou Neopositivista, entre outras. No fundo, é o significado impreciso da palavra "crítica" que explica sua natureza polêmica no bojo da "tendência do pensamento geográfico" qualificada por essa palavra, conforme indica Eliseu Sposito (2002, p. 64) no artigo que preparou para a mesa redonda. Apesar disso, foi justamente por essa imprecisão que expressões como "Geografia Crítica" mostraram-se adequadas para designar um conjunto metodologicamente heterogêneo de trabalhos, conforme já explicitava Antonio Carlos Robert Moraes (1984) em sua "Pequena História Crítica".

Mas por que os geógrafos se utilizaram tanto de expressões como "a Geografia Crítica" ou "uma Geografia Crítica" com o fim de nomear uma maneira alternativa de produzir conhecimento geográfico? Não haveria denominadores comuns importantes entre os muitos autores que assim procederam, o que permitiria classificá-los como representantes de uma vertente específica da disciplina, a qual se convencionou denominar por aquela expressão?⁵

Várias respostas foram e continuam sendo dadas a essas questões. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1991, p. 27) apontava a utilização do materialismo histórico e dialético como o elemento unificador das propostas de renovação crítica. Por sua vez, Antonio Carlos Robert Moraes (1984) chamava atenção para a grande diversidade teórico-metodológica dessas propostas e por isso sustentava que elas se identificavam apenas enquanto componentes de uma "frente ética". Na Introdução do livro "Geografia: Teoria e Crítica", Ruy Moreira, embora sem utilizar a expressão "Geografia Crítica", apontava um conjunto de elementos que formariam o "solo comum" dos vários textos que compunham a coletânea por ele organizada:

Neste conjunto de textos se evidencia uma interinfluência, sugerindo um subjacente debate no fluxo do qual cada autor se põe e se repõe, convergindo e se separando, avançando em conjunto. Mais que isto, sugerindo um plano de indagação ansiosa da história concreta dos homens, no interior da qual, porque só então expressivo e transparente, se indaga acerca do saber geográfico: 'a geografia, o que é, para que serve e a quem serve?' Ainda mais, sugerindo a eleição do caráter histórico-concreto da sociedade de nossos dias e dos caminhos de sua superação histórica, o contexto da luta de classes, por conseguinte, como eixo do carroussel em que se movimentam e se refazem o instrumental discursivo da geografia, seu valor específico, função, envolvimento. (MOREIRA, 1982, p. 7-8).

Não há como negar que esses pressupostos, bem como a influência marxista revelada na sua formulação, se identificam com aqueles atribuídos à vertente crítica da disciplina. Numa análise mais recente, com efeito, Rui Ribeiro de Campos veio a afirmar que "a identidade dessa corrente ocorria pela afirmação do uso do método dialético" – embora houvesse considerável heterogeneidade epistemológica entre os autores, inclusive devido à própria diversidade interna do marxismo –, como também pela "oposição à injusta realidade social e espacial existente, e na crença do conteúdo político do discurso científico e de que o conhecimento geográfico pode ser instrumen-

⁵ Várias razões podem ser indicadas para explicar porque essa expressão em particular consolidou-se como a de uso mais freqüente no Brasil. Rui Ribeiro de Campos (2001, p. 12) afirma que o uso da expressão "Geografia Crítica" no sistema de ensino iniciou-se com a reforma educacional promovida a partir da proposta elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) do governo do estado de São Paulo na gestão Franco Montoro (1983-87). Segundo o autor, isso ocorreu porque o uso da expressão "Geografia Dialética", que até então era empregada com maior freqüência, poderia dificultar ainda mais a aprovação da proposta da CENP, que enfrentava resistências por parte do corpo docente e da própria mídia.

to de combate" (CAMPOS, 2001, p. 15 e 21). Por sua vez, Manuel Correia de Andrade (1994, p. 76) assinala que "Geografia Crítica" era um rótulo atribuído a todos os trabalhos que, embora partindo de perspectivas diversas, "se opunham ao exagero da quantificação da ciência geográfica", ainda que tenha havido excessos na oposição ao quantitativismo num primeiro momento, segundo o autor. Por fim, Maurício de Almeida Abreu (1994, p. 57) destaca que a identidade dessa "nova forma de se fazer geografia" residia numa oposição muito mais profunda a outras tendências da disciplina, posto que dirigida aos próprios fundamentos da ciência positivista e neopositivista. Nesse sentido, os autores dessa vertente compartilhavam um discurso científico "crítico", pois colocavam o questionamento da sociedade e dos parâmetros tradicionais de validação das teorias científicas como condição essencial para a elaboração de propostas teórico-metodológicas capazes de ir além da mera aparência dos fenômenos e, assim, revelar os verdadeiros determinantes sociais que os explicam. Esse autor acrescenta ainda que a diversidade epistemológica do movimento de renovação crítica ampliou-se desde os anos 70 e foi ainda reforçada pelo surgimento de propostas contraditórias de atuação política, o que levou ao surgimento de várias "Geografias Críticas", as quais continuam se identificando apenas pela rejeição à ciência "(neo)positivista" e por manterem um compromisso explícito com a transformação da sociedade (ABREU, 1994, p. 59).

Fazendo-se uma avaliação das interpretações acima à luz dos trabalhos produzidos na Geografia ao longo dos últimos trinta anos, é possível afirmar que todas elas são parcialmente verdadeiras, na medida em que apontam efetivamente certos pressupostos teórico-metodológicos, éticos e político-ideológicos bastante comuns nesses trabalhos. Não por acaso, a concepção que José Willian Vesentini elaborou sobre a natureza da renovação crítica, ainda na fase de maior efervescência desse movimento, indicava a existência de vários elementos que lhe seriam definidores. Ao justificar o uso da expressão "geografia radical ou crítica", declarou que

[...] uso indistintamente os dois termos porque não creio que o fato de uma delas ter se iniciado nos Estados Unidos e a outra na França seja motivo para estabelecer diferenças essenciais; pelo ângulo das preocupações, dos temas, dos pressupostos, etc., que é o mais relevante, não há de fato nenhuma separação significativa entre essas duas tendências recentes da geografia. (VESENTINI, 1986, p. XII).

Cabe portanto recordar quais seriam esses pressupostos e preocupações fundamentais que deram corpo a um modo particular do "fazer geográfico" a partir do início dos anos 70. De imediato, o elemento comum mais importante entre os geógrafos críticos, que explica o procedimento destes de estabelecer um qualificativo que permitisse enfiar suas variadas propostas epistemológicas numa definição geral, era a intenção de revolucionar a Geografia em termos teórico-metodológicos, éticos e políticos. Por certo, a intenção revolucionária não teve origem com a vertente crítica, sendo na verdade recorrente na história da Geografia (GOMES, 1996), mas não há como negar que essa vertente foi muito mais ambiciosa que as outras, na medida em que se propunha a contribuir também para uma transformação profunda da própria sociedade. Em alguns momentos, chegava-se a afirmar que a transformação social é pré-condição para a própria reformulação da Geografia, de modo que o esforço analítico dos geógrafos deveria voltar-se primordialmente para a crítica da sociedade capitalista⁶.

⁶ Ruy Moreira (1982, p. 7), na já mencionada Introdução à coletânea por ele organizada, afirma que "não se verá - desnecessário seria dizer, não fora o episódio recente da 'nova geografia' gestada nos anos 1968-1978 - qualquer pretensão de uma 'revolução na geografia'. Simplesmente porque só é real a transformação que se opere na estrutura objetiva da sociedade e com esta esteja incorporada, quando é o tema, as idéias. Antes, é esta realidade objetiva e seu movimento histórico que se deseja pôr à mesa, submeter à dissecação, ver revelada sem as máscaras que dissimulam suas raízes de classe".

Sendo assim, Lacoste, David Ha a uma severa crítica, de modo a p co-metodológico d ções sociais por científicas de fato transformação rad lembrar a forma a palavra "revoluçã propunham introd político de que a marxista (GOMES) (perseguido por o Santos de formul seria o objeto de epistemológica im tornar convenient possibilidade de u

Em função cipalmente por al sa corrente ao fo vertentes da disc William Vesentini a saber: a espec geomorfologia ou 'new geography', tra forma de geo comparar essas al que a especializaç tituiria a própria r va de totalidade d em sua espacializ alternativa apenas no. Do mesmo m fia Ativa em nada estatais ou privad a reprodução do uma via efetiva d

Sendo assim, todos os nomes associados à Geografia Crítica, tais como Yves Lacoste, David Harvey e Milton Santos, destacaram-se pela forma como procederam a uma severa crítica epistemológica e ideológica das vertentes Tradicional e Quantitativa, de modo a propor que somente a partir de uma ruptura com o paradigma teórico-metodológico da disciplina seria possível torná-la capaz de desvelar as determinações sociais por detrás da aparência dos fenômenos, para assim elaborar teorias científicas de fato e informar a construção de projetos políticos voltados para uma transformação radical da sociedade (DINIZ FILHO, 2002). Para perceber isso, basta lembrar a forma como os geógrafos anglo-saxões se utilizaram explicitamente da palavra "revolução" para qualificar o teor das mudanças teórico-metodológicas que propunham introduzir mediante a incorporação do marxismo à disciplina e o sentido político de que a "militância" dos geógrafos se revestiria com base na abordagem marxista (GOMES, 1996, p. 279). Outra demonstração desse projeto revolucionário (perseguido por diferentes caminhos epistemológicos) estava na proposta de Milton Santos de formular uma "Geografia Nova" a partir da proposição de que o espaço seria o objeto de estudo da Geografia, chegando a conjecturar que tal mudança epistemológica implicaria uma transformação tão radical nessa ciência que poderia tornar conveniente mudar sua própria denominação, o que o levou a sugerir até a possibilidade de uso do termo "espaciologia" (SANTOS, 1978).

Em função disso, a unidade da Geografia Crítica terminava por se definir principalmente por alguns pressupostos centrais estabelecidos pelos representantes dessa corrente ao formular suas críticas à sociedade capitalista e a todas as demais vertentes da disciplina. Em suas reflexões sobre essa questão, por exemplo, José William Vesentini identificou três alternativas para a superação da crise da Geografia, a saber: a especialização do geógrafo num ramo particular da disciplina, como a geomorfologia ou a climatologia, a "geografia utilitária ou de planejamentos (seja a 'new geography', aquela voltada para o 'aménagement du territoire' ou qualquer outra forma de geografia tecnocrática)" e, por fim, "a geografia crítica ou radical". Ao comparar essas alternativas, destacando o ponto de vista do ensino, o autor sustenta que a especialização em ramos específicos, por levar a autonomização destes, constituiria a própria morte da disciplina, na medida em que levaria à perda da perspectiva de totalidade que embasa os estudos geográficos, a qual diz respeito à "sociedade em sua espacialização e a segunda natureza". Além disso, a especialização seria uma alternativa apenas para pesquisadores, não para os profissionais do sistema de ensino. Do mesmo modo, a alternativa representada pela Nova Geografia e pela Geografia Ativa em nada diz respeito aos professores, mas apenas às grandes instituições estatais ou privadas e, desse modo, "para os planos de reordenação espacial visando a reprodução do capital" (VESENTINI, 1985, p. 56). Nesse contexto, sobra apenas uma via efetiva de renovação, conforme explicita e justifica o autor:

E, finalmente, o terceiro caminho parece-nos o mais profícuo, tanto para a crítica à geografia moderna e sua reconstrução, como para a renovação do ensino da geografia. Trata-se de uma geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. Ele critica a geografia moderna no sentido dialético do termo crítica: superação com subsunção, e compreensão do papel histórico daquilo que é criticado. Essa geografia radical ou crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza enquanto recurso apropriado pelos homens e enquanto uma dimensão da história, da política. No ensino, ela preocupa-se com a criticidade do educando e não em 'arrolar fatos' para que ele memorize. Suas fontes de inspiração vão desde o marxismo (especialmente o do próprio Marx) até o anarquismo (onde se 'recuperam' auto-

res como Elisée Reclus e Piotr Kropotkin), passando por autores como Michel Foucault (...), Claude Lefort, Cornelius Castoriadis, André Gorz (...), Henri Lefebvre e outros. Mas, sobretudo inspira-se na compreensão transformadora do real, na percepção da política do espaço. Essa geografia é ainda embrionária, especialmente no ensino. Mas é a geografia que devemos, geógrafos e professores, construir. (VESENTINI, 1985, p. 57).

Com base nas considerações feitas até aqui, é perfeitamente justificável indicar a existência de uma corrente da Geografia cujos representantes se distinguem dos demais, e se identificam entre si, por apresentarem, senão todas, a maioria das características arroladas abaixo:

- 1) Utilizaram expressões como "Geografia Crítica ou Radical", "da Libertação" e "Subversiva" em seus trabalhos com o fim de mostrar que estavam elaborando uma forma inovadora de produzir e ensinar conhecimento geográfico, mediante a utilização de paradigmas teórico-metodológicos com forte conteúdo de crítica à sociedade capitalista, a introdução de novas temáticas e o estabelecimento de um estreito vínculo entre ciência, ética e política (SOJA, 1993, p. 93; OLIVEIRA, 1991; WETTSTEIN, 1991, p. 134; MORAES, 1988, 1985 e 1984; VESENTINI, 1986, 1985 e 1984; QUAINI, 1983, p. 139; SANTOS, 1982, 1980 e 1978). Em alguns casos, propunha-se que essa inovação passava também pelo resgate de geógrafos "marginalizados" - sobretudo Reclus, mas também Kropotkin (OLIVEIRA, 1991, p. 140; VESENTINI, 1986) - e/ou de certas tradições de pensamento social rejeitadas pelas demais vertentes da Geografia, como o iluminismo e o marxismo (QUAINI, 1983, p. 121-126).
- 2) Em contraposição aos postulados clássicos da Geografia como "ciência de síntese" ou "ciência de contato", classificaram a Geografia explicitamente como uma ciência social, mas que tem no estudo do espaço organizado pela sociedade, das relações sociedade/espço e das formas de apropriação da natureza a base de sua autonomia epistemológica em relação às outras disciplinas da sociedade (VESENTINI, 1985 e 1984; COSTA; MORAES, 1984; QUAINI, 1983, p. 54; SANTOS, 1978; HARVEY, 1980; MOREIRA, 1979);
- 3) Conseqüentemente, estabeleceram a categoria "espaço social", ou simplesmente "espaço", como central na nova Geografia que estavam propondo, na medida em que a concepção humanizada e politizada do espaço se contraporia aos conceitos meramente empíricos, abstratos e a-históricos trabalhados pelas demais vertentes da Geografia, tais como os de "espaço terrestre", "organização espacial" e "espaço topológico abstrato", entre outros⁷. Para a maioria dos geógrafos críticos, o próprio objeto de estudo da disciplina seria definido pela categoria espaço (SANTOS, 1991, p. 60; CARLOS, 1989, p. 13 e 1982; COSTA; MORAES, 1984; RODRIGUES, 1984, p. 23; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 7-8; COSTA, 1983, p. 50-52; SANTOS, 1982, 1980, p. 85 e 1978; HARVEY, 1982 e 1980; MOREIRA, 1979, p. 6).
- 4) A partir dessa visão, procuraram demonstrar que os problemas sócio-espaciais e ambientais investigados pelos geógrafos eram causados pela lógica intrínseca de funcionamento do capitalismo, o que significa afirmar que a

⁷ Vale mencionar que Ana Fani Alessandri Carlos (1989, p. 19) vincula essa concepção de espaço diretamente ao marxismo: "A introdução da análise marxista na Geografia tornou evidente o entendimento do espaço como um produto de relações sociais visto em função de uma formação econômica da sociedade determinada, que tem sua origem na relação homem-natureza".

Geografia
vés de e
de/espço
106-107;
83, 1983
ROSSINI
1982, p.
HARVEY,
5) Sendo a
estatal "n
suposto d
superaçã
contrário
camente
"Ativa" e
tado mor
estratégi
LACOSTE
1984; M
GONÇALV
6) Acusar
justificac
Geografia
tórico, e
al. Assim
que ideol
máscaras
ses de ci
tiva críti
exerceria
libertador
1989, p.
1984; M
p. 9; QU
23-25; S
7) Com bas
um instr
uma açã
Geografia

⁸ A maioria dos geógrafos críticos, em alguns casos, propõe a adoção do uso da palavra "espaço social" em vez de "espaço socializado". História se faça em nome da verdade socialmente mais justa (SANTOS, 1982, p. 6 e 17) -, os eventos da Geografia crítica são críticos diretos aos projetos acabados de projeto e deveriam necessariamente ser críticos ao capitalismo e aos seus efeitos tais como a redução dos "dominantes" e as propostas anarquistas propostas pelo autor

Geografia seria capaz de elaborar uma crítica radical a essa sociedade através de estudos centrados na análise do espaço e/ou das relações sociedade/espço (SANTOS, 1991, p. 71-76; CARLOS, 1989, p. 17-19 e 1982, p. 106-107; GONÇALVES, 1989, p. 97; MORAES, 1984; OLIVEIRA, 1987, p. 81-83, 1983 e 1982; VESENTINI, 1985 e 1984; RODRIGUES, 1984; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 13-16; QUAINI, 1983, p. 53; GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 27; GOMES, 1982; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982; SEABRA, 1982; HARVEY, 1982 e 1980; SANTOS, 1980, p. 83-84 e 87; MOREIRA, 1979);

- 5) Sendo assim, negaram ou minimizaram a possibilidade do planejamento estatal "responder" adequadamente a esses problemas com base no pressuposto de que somente uma transformação radical da sociedade (isto é, a superação do capitalismo) poderia efetivamente dar resposta a eles. Pelo contrário, os geógrafos críticos eram taxativos em afirmar o papel intrinsecamente reacionário do planejamento territorial inspirado pelas correntes "Ativa" e/ou "Pragmática", já que este seria apenas um instrumento do Estado monopolista para assegurar a acumulação de capital e para efetivar as estratégias de dominação ideológica da burguesia (SANTOS, 1991, p. 64; LACOSTE, 1989; OLIVEIRA, 1987, p. 81-83 e 1982; VESENTINI, 1985 e 1984; MORAES, 1984; RODRIGUES, 1984, p. 42-43; GOMES, 1982, p. 50; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 32-34; MOREIRA, 1979);
- 6) Acusaram todas as demais vertentes da Geografia de produzirem teorias justificadoras dos fenômenos por elas investigados e propuseram que a Geografia Crítica se diferenciaria justamente por demonstrar o caráter histórico, e por isso potencialmente transformável, da realidade sócio-espacial. Assim, os estudos produzidos pelas outras correntes seriam nada mais que ideologias legitimadoras dos interesses das "classes dominantes" e máscaras ideológicas destinadas a ocultar a própria existência de interesses de classe inconciliáveis no seio da sociedade, ao passo que a perspectiva crítica estaria alinhada com os interesses das "classes dominadas" e exerceria uma militância voltada para a realização de uma utopia social libertadora (CORRÊA, 1991, p. 20 e 49; SANTOS, 1991, p. 73; GONÇALVES, 1989, p. 102; OLIVEIRA, 1987, p. 83, 1982, p. 106; VESENTINI, 1985 e 1984; MORAES, 1984; GOMES, 1982, p. 45 e 54; CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 9; QUAINI, 1983, p. 43-56 e 142-144; GONÇALVES; AZEVEDO, 1982, p. 23-25; SANTOS, 1982)⁸;
- 7) Com base nesses pressupostos, apresentaram a Geografia renovada como um instrumento de transformação social e postularam a necessidade de uma ação militante dos geógrafos para que o potencial revolucionário da Geografia pudesse realizar-se e também para substantivar a unidade entre

⁸ A maioria dos geógrafos identificou explicitamente essa utopia a um projeto socialista - em alguns casos, propondo o rompimento com o socialismo real para a construção de uma alternativa socialista democrática (MORAES, 1988). Milton Santos se distinguiu nesse contexto por evitar o uso da palavra "socialismo" em seus trabalhos - substituída por expressões como "que a História se faça em favor dos povos dependentes e das classes oprimidas", ou "uma nova ordem socialmente mais justa", ou ainda "a inevitável reconquista do homem por si mesmo" (SANTOS, 1982, p. 6 e 17) -, apesar de defender abertamente os regimes comunistas em suas falas nos eventos de Geografia. Por sua vez, Vesentini (1984 e 1985) destoava da maioria por suas críticas diretas aos regimes comunistas e também por negar a possibilidade de formular qualquer projeto acabado de sociedade, já que, no bojo da "luta de classes", as tendências de mudança deveriam necessariamente permanecer em aberto. Ainda assim, o teor das críticas desse autor ao capitalismo e ao socialismo real indicavam o sentido geral das mudanças a serem alcançadas, tais como a redução do poder do Estado, a ampliação da democracia direta, o combate ao poder dos "dominantes" e à lógica da reprodução do capital, o que revela uma inspiração explícita das propostas anarquistas (VESENTINI, 1986). Seja como for, está claro que a Geografia Crítica proposta pelo autor associa-se à realização de uma utopia anticapitalista.

teoria e "práxis social". Essa militância se exerceria pela atuação dos professores, nos debates acadêmicos internos à Geografia (mediante a crítica teórica e ideológica dos discursos produzidos pelos próprios geógrafos) e ainda na análise questionadora de todas as formas de discurso de poder, fosse ele político, científico, religioso ou de qualquer outro tipo (LACOSTE, 1989; MORAES, 1988 e 1985; VESENTINI, 1985 e 1984; OLIVEIRA, 1982; MOREIRA, 1982 e 1979).

Além de todos esses pressupostos comuns aos vários geógrafos identificados e/ou auto-identificados como críticos ou radicais, cabe apontar ainda um outro denominador comum à grande maioria dos autores desse grupo, que é a larga e incisiva influência do marxismo, conforme se verifica pela análise de Paulo César da Costa Gomes (1996, p. 274-303) sobre o "horizonte da crítica radical" e no exaustivo levantamento de Armando Corrêa da Silva (1984) sobre a produção geográfica brasileira dos anos 1976-83. No caso específico deste último trabalho, chama atenção o predomínio de categorias marxistas entre aquelas mais utilizadas pelos geógrafos brasileiros, o que levou o autor à conclusão de que "a situação do discurso crítico radical é, então, a de uma frente ideológica polarizada pelas categorias do materialismo histórico e dialético" (SILVA, 1984, p. 133)⁹. Esse é o reflexo mais evidente de um fato incontestável, isto é, o de que os autores que se propunham a aplicar o marxismo na Geografia formaram o grupo majoritário no processo de renovação ocorrido a partir dos anos 70, conforme indica Rui Ribeiro de Campos (2001, p. 14) ao afirmar que a proposta dessa vertente "não era necessariamente a proposta de uma Geografia Marxista, apesar de a maioria afirmar que possuía como método de interpretação o instrumental marxista de análise, o método dialético". No fundo, isso também é reconhecido por Ruy Moreira, ao falar do caráter "hegemônico" do marxismo na renovação, ainda que enfatizando a heterogeneidade teórico-metodológica e política desse processo¹⁰.

Mas a influência marxista vai além da superioridade numérica dos geógrafos que se propunham a redefinir as bases teórico-metodológicas da Geografia por intermédio direto do marxismo, manifestando-se também nas obras de autores que nunca se propuseram a formular uma Geografia Marxista de fato. É o que se constata pela análise das contribuições de Yves Lacoste (1989) e Milton Santos (1982, 1980 e 1978), pois, embora esses autores não tenham se proposto a aplicar o método marxista na Geografia, ambos manifestaram claramente possuir uma visão crítica da sociedade capitalista e uma postura político-ideológica profundamente marcadas pelas teses econômicas e políticas marxistas, além de haverem trabalhado diretamente com algumas categorias clássicas do marxismo, tais como "ideologia", "classe social", "modo de produção" e "formação econômico-social", entre outras (CAMPOS, 2001, p. 25-27; DINIZ FILHO, 2000, p. 77-78 e 81-82; GOMES, 1996, p. 289-290).

⁹ "As categorias mais utilizadas pelos geógrafos críticos e radicais em sua linguagem (até cinco ocorrências) - nesta amostra [de 71 trabalhos] - são as seguintes: sociedade, classes sociais, homem, forças produtivas, trabalho, prática, urbanização, práxis, valor, valor do espaço, forma, processo, relação, determinação, movimento, objeto, teoria, ideologia, linguagem, método, real, totalidade, natureza, espaço, espaço geográfico, arranjo espacial, paisagem, forma espacial, lugar, formação econômico-social, modo de produção, capitalismo, produção, formação social, mercadoria, país subdesenvolvido, função, capital e Estado-Nação". Mas o autor ressalta que "(...) grande parte dessas categorias são ainda utilizadas apenas como *forma de definir uma linguagem*, mais própria dos geógrafos humanos do que dos geógrafos físicos, apesar da maior preocupação com o objeto do que com o sujeito" (SILVA, 1984, p. 132-133 - grifo do autor)."

¹⁰ Esse autor comenta "(...) a idéia generalizada do marxismo como base filosófica e político-ideológica da renovação. Idéia generalizada, porém falsa: há marxistas, quem passe ao largo do marxismo e mesmo anti-marxistas entre os envolvidos no processo da reformulação da geografia". Mas não deixa de ponderar que "a vertente marxista, mesmo que hegemônica, é entretanto uma vertente" (MOREIRA, 2000, p. 34-35).

Nesse co
cais e que pod
embora partind
os marxistas de
sileiro, verifica-s
Crítica nacional
mos teórico-me
lógicas. A forma
tese de doutora
pelos indivíduos
direta de autor
questão do uso
como suas crític
cias bastante e
assim, há inúmer
mais geógrafos
mente.

Além dis
metodológica ec
a conclusões qu
das pelas vert
conceito de ide
das "classes do
ensino teria por
do capital", alé
segurando cont
com as necessi
mações carrega
certas vertentes
entre os "geóg
Andrade (1999,

Em conc
pedra angular
metodológica, é
ceu influência d
grande maioria
teorias e ideolo
dade dessa infl
tor considerado
ciou todos os tr
80, conforme s
Silva (1984). S
assinalar que fo
as discussões p

¹¹ Antonio Carlos
ção de escrever
marxismo ortod
lises que, ao pé
muito gerais, d
dos equívocos
interpretação si
gicas que envol

Nesse contexto, os autores auto-identificados como geógrafos críticos ou radicais e que podem efetivamente ser classificados como antimarxistas são poucos e, embora partindo de referenciais teórico-metodológicos diferenciados, partilham com os marxistas de vários postulados comuns. Tomando-se como referência o caso brasileiro, verifica-se que José William Vesentini é talvez o único expoente da Geografia Crítica nacional que pode ser efetivamente qualificado como não marxista, em termos teórico-metodológicos, e como antimarxista, em suas concepções político-ideológicas. A forma como veio a criticar o conceito marxista de "luta de classes" em sua tese de doutorado – definido-a em termos da luta política, e não da posição ocupada pelos indivíduos no processo de acumulação de capital –, a influência marcante e direta de autores como Michel Foucault e Merleau-Ponty em suas análises sobre a questão do uso político do espaço e sobre a natureza da relação sujeito-objeto, bem como suas críticas ao socialismo real (por sinal, perfeitamente corretas) são evidências bastante eloqüentes de sua não vinculação ao pensamento marxista. Mesmo assim, há inúmeros pontos de convergência entre as suas concepções e as dos demais geógrafos críticos, que são na maioria marxistas, conforme indicado anteriormente.

Além disso, é inegável que esse autor, coerentemente com sua postura metodológica eclética, trabalhou com vários conceitos e teorias marxistas e chegando a conclusões que, paradoxalmente, coincidem à perfeição com aquelas desenvolvidas pelas vertentes mais ortodoxas do marxismo. Isso fica nítido no uso que faz do conceito de ideologia como "falsa consciência" da realidade vinculada aos interesses das "classes dominantes" e na tese de que a constituição dos sistemas nacionais de ensino teria por objetivos "assegurar a hegemonia da burguesia [...] e a reprodução do capital", além da função econômica de absorver "parte do exército de reserva, segurando contingentes humanos ou jogando-os no mercado de trabalho, de acordo com as necessidades do momento" (VESENTINI, 1985, p. 54)¹¹. Em face dessas afirmações carregadas de um maniqueísmo e economicismo facilmente encontráveis em certas vertentes do marxismo, é até compreensível que alguns autores incluam Vesentini entre os "geógrafos críticos de formação marxista" como o faz Manuel Correia de Andrade (1999, p. 30).

Em conclusão, pode-se afirmar que a incorporação do marxismo constituiu a pedra angular na edificação da Geografia Crítica, isto é, sua referência teórica, metodológica, ética e ideológica mais influente. Isso quer dizer que o marxismo exerceu influência decisiva na gênese e desenvolvimento da Geografia Crítica, visto que a grande maioria dos autores dessa vertente foi direta e intensamente influenciada por teorias e ideologias características da tradição marxista, ainda que a forma e intensidade dessa influência variassem significativamente conforme o país, instituição e autor considerado. No caso brasileiro, em particular, é inegável que o marxismo influenciou todos os trabalhos de destaque produzidos entre o final dos anos 70 e início dos 80, conforme se depreende do já mencionado levantamento de Armando Corrêa da Silva (1984). Sobre as formas dessa influência, no Brasil e também no exterior, cabe assinalar que foram essencialmente quatro: a) na esfera epistemológica, subsidiando as discussões para a redefinição do objeto de estudo da disciplina, fornecendo um

¹¹ Antonio Carlos Robert Moraes é, salvo engano, o único geógrafo brasileiro que teve a preocupação de escrever uma crítica teórica mais detida a esse conceito de ideologia característico do marxismo ortodoxo, ao indicar o elitismo, o "eticismo exacerbado" e a superficialidade das análises que, ao pensarem as relações entre Geografia e ideologia, não vão além das observações muito gerais, desprovidas de "concretude histórica" (MORAES, 1988, p. 37-45). Um exemplo dos equívocos a que o emprego desse tipo de conceito pode levar é dado justamente pela interpretação simplificadora desenvolvida por Vesentini a respeito das disputas político-ideológicas que envolveram a construção de Brasília (COSTA, 1992, p. 192-203).

método de análise que se procurava aplicar a esse objeto e ainda um discurso que atribuía ao método marxista uma cientificidade e objetividade inquestionáveis; b) no plano teórico, oferecendo uma teoria crítica ampla do capitalismo, da qual se desdobravam diversas teorias específicas passíveis de serem empregadas na análise geográfica, tais como a teoria da renda da terra e as "leis do desenvolvimento desigual e combinado", entre outras; c) em termos ideológicos, moldando (e ao mesmo tempo se amoldando) à "visão de mundo" dos geógrafos, isto é, às representações e valores sociais que orientam seus posicionamentos políticos; d) no plano das relações entre ética, ciência e política, estabelecendo a existência de um estreito vínculo entre esses três termos e enfatizando a necessidade da ação militante, a qual deveria tomar por base os pressupostos teóricos e metodológicos mencionados para assumir um caráter científico e socialmente transformador (DINIZ FILHO, 2002, p. 83).

Em suma, conclui-se que o emprego de expressões como "Geografia Crítica ou Radical" é válido enquanto forma de identificar uma corrente de pensamento geográfico que se formou há algumas décadas e acabou se tornando hegemônica no âmbito da Geografia Humana brasileira, na medida em que essa corrente se define pela larga e incisiva influência do marxismo e também por uma série de pressupostos teórico-metodológicos, éticos e ideológicos comuns aos autores que utilizaram expressões como essa mencionada justamente com o propósito de explicitarem suas afinidades mútuas e suas diferenças frente às outras vertentes da Geografia. E, se é verdade que tais denominações consagradas pelo uso não dão conta de detalhar as diferenças epistemológicas entre as muitas propostas de análise que abrangem, servem para identificar certas concepções que se tornaram majoritárias num momento específico da história da disciplina para, a partir dessa identificação, tornar possível uma análise da consistência lógica e empírica dessas concepções à luz do contexto histórico e intelectual em que foram gestadas.

O mesmo acontece com qualquer classificação do gênero, aliás. O uso de expressões como Geografia Tradicional ou Clássica, ou mesmo Geografia Positivista, faz tabula rasa de muitas diferenciações teóricas e metodológicas significativas, mas serve para identificar alguns pressupostos fundamentais que compunham a "essência" da produção geográfica de determinado período (MÜLLER FILHO, 1988, p. 3) e que, presentes nas obras de autores tão diferentes quanto Ratzel, La Blache e Hartshorne, foram postos em xeque pelo desenvolvimento urbano-industrial, como ocorre, por exemplo, com a concepção de "ciência de síntese" ou "corológica" (DINIZ FILHO, 2000, p. 8). Serve também para ressaltar a persistência de certos impasses epistemológicos incrustados nas obras desses autores, como a questão das dualidades da Geografia, e a dificuldade de solucioná-los sem romper com alguns postulados fundamentais partilhados pelos representantes da Geografia Tradicional. Menciona-se ainda os efeitos da crise do positivismo clássico sobre a reflexão geográfica, na medida em que, apesar das diferentes formas de assimilação do pensamento positivista por parte dos geógrafos tradicionais, e até da oposição de neokantistas como Hettner e Hartshorne a esse método, existe um consenso de que o positivismo constituiu a referência teórico-metodológica, ética e político-ideológica predominante dessa vertente, conforme os geógrafos críticos já repetiram à exaustão (MORAES, 1991, p. 118 e 1984). Numa palavra, verifica-se que:

Falar em Geografia Tradicional implica em se aceitar a possibilidade de agrupamento de várias correntes dessa disciplina num conjunto diferenciável, isto é, dotado de unidade em sua diversidade. Assim, em afirmar a existência de certos parâmetros comuns no corpo das várias escolas geográficas; estas dariam a via da continuidade, pela qual se articulam as propostas distintas, originando desse modo a própria possibilidade de se definir uma Geografia unitária e particularizada. (MORAES, 1982, p. 35 citado por SILVA, 1984, p. 89).

Ora, o mesmo fundamental desta presentes para t empreender essa t essenciais presente tual sobre o qual e ências do marxism referência teórico-n LHO, 2002).

Dito isto, cab por encerrado, a continuar utilizando mento de renovação tiva, e isso por du dessa corrente na como forma de inc rente das anteriore contrário do que ac grande paradigma ção aos já existent marxismo à discipli ser esse novo gran de uma nova "revoc explicar isso, a sab

- a) porque a moderno" parecem
- b) porque, geógrafos paradigms da discipli é a esper
- c) porque o "pós-mod - são jus gênese e do "pós-r supostos político e cente - e tiva de a ca pós-m

É em função promover um emb atual, conforme cor atual momento viv projeto de revoluc da prática marxista muito a recusa a sobretudo no que c vertentes vulgares resistem ao debate relação às perspect

Ora, o mesmo se dá no que diz respeito à Geografia Crítica. Embora seja fundamental destacar as diferenças teórico-metodológicas entre os seus vários representantes para fazer avançar o debate intelectual na disciplina, não será possível empreender essa tarefa de forma aprofundada sem considerar certos pressupostos essenciais presentes nas obras dos geógrafos críticos, o contexto histórico e intelectual sobre o qual esses geógrafos refletiam e, por fim, sem discutir as variadas influências do marxismo na formulação daqueles postulados, já que este foi a principal referência teórico-metodológica, ética e político-ideológica nesse contexto (DINIZ FILHO, 2002).

Dito isto, cabe ainda tecer alguns comentários importantes para dar este artigo por encerrado, a começar pela necessidade de responder se haveria sentido em continuar utilizando expressões como "Geografia Crítica" para designar um "movimento de renovação" que ainda estaria em curso. A resposta a essa questão é negativa, e isso por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar, porque a hegemonia dessa corrente na Geografia brasileira atual esvazia a utilidade daquela expressão como forma de individualizar uma forma de produzir conhecimento geográfico diferente das anteriores, que quase deixaram de existir. Em segundo lugar, porque, ao contrário do que aconteceu com as "revoluções" anteriores, não há na atualidade um grande paradigma epistemológico que se pretenda aplicar à Geografia em substituição aos já existentes, como ocorreu quando da incorporação do neopositivismo e do marxismo à disciplina. O chamado "pós-modernismo" é o que mais se aproxima de ser esse novo grande paradigma redentor, mas não parece chegar a constituir a base de uma nova "revolução" geográfica. Algumas hipóteses podem ser formuladas para explicar isso, a saber:

- a) porque a imensa heterogeneidade epistemológica do pensamento "pós-moderno" e sua aplicabilidade restrita principalmente à Geografia Cultural parecem limitar seu potencial para "revolucionar" de novo a disciplina;
- b) porque, após tantas tentativas fracassadas de "revolução", a maioria dos geógrafos já não parece estar inclinada a apostar tudo em um novo grande paradigma capaz de resolver em definitivo os problemas epistemológicos da disciplina – como já dizia Michael Chisholm (1979, p. 142), "quanto maior é a esperança maior é o desapontamento";
- c) porque os autores que mais se destacaram na introdução de concepções "pós-modernas" na Geografia – David Harvey (1994) e Edward Soja (1993) – são justamente alguns daqueles que desempenharam papel central na gênese e desenvolvimento da Geografia Crítica, de modo que a assimilação do "pós-modernismo" constitui muito mais uma forma de renovar os pressupostos e objetivos da vertente crítica, num contexto de inegável desgaste político e intelectual do marxismo, do que uma ruptura com o passado recente – e daí porque Edward Soja (1993, p. 93) postula uma nova perspectiva de análise geográfica, denominada por ele de "geografia humana crítica pós-moderna";

É em função desse cenário que se pode notar uma falta de disposição para promover um embate de visões radicalmente contrapostas na Geografia brasileira atual, conforme constata Manuel Correia de Andrade (1994, p. 77). Nesse sentido, o atual momento vivido pela Geografia é ambíguo: abandonou-se o sectarismo e o projeto de revolucionar completamente a disciplina por intermédio direto da teoria e da prática marxistas (GOMES, 1996, p. 303), o que é bastante salutar, mas preocupa muito a recusa a discutir em profundidade os pressupostos da renovação crítica, sobretudo no que diz respeito às influências que o marxismo (especialmente em suas vertentes vulgares) exerceu sobre esse movimento. E uma vez que os geógrafos resistem ao debate desse tema, assiste-se hoje à aproximação de muitos autores em relação às perspectivas humanista e "pós-moderna", mas sem que isso leve a uma

efetiva superação das idéias marxistas ortodoxas com as quais muitos já trabalhavam há cerca de vinte anos (DINIZ FILHO, 2002). Ao invés de um enriquecimento mútuo de influências marxistas, fenomenológicas e de outras fontes, o que se vê é somente uma alternância de categorias e perspectivas teóricas assimiladas superficialmente para a explicação dos problemas sócio-espaciais e ambientais (configurando diferentes modalidades de ecletismo mal conduzido), sem que se questione a visão que a maioria dos geógrafos tem a respeito do capitalismo atual.

Essas são precisamente as razões pelas quais é extremamente necessário discutir o que foi e o que é a Geografia Crítica: para avaliar até que ponto os pressupostos fundamentais dessa vertente são ou continuam válidos no contexto histórico contemporâneo. Vale dizer, é necessário utilizar expressões como "Geografia Crítica ou Radical" para fazer referência, *não a um "movimento renovador" ainda em curso, visto que este já se esgotou pela própria dominância alcançada, mas sim a um conjunto de pressupostos gerais*, pressupostos que, enumerados no início deste artigo, identificavam os chamados "geógrafos críticos" e ainda servem de base para quase toda a produção geográfica no Brasil contemporâneo.

Conclui-se portanto que enfatizar as inegáveis diferenças epistemológicas entre os representantes da Geografia Crítica para desvalorizar o uso de expressões como essa, como o faz Ruy Moreira, significa simplesmente um meio de obscurecer a existência de vários postulados comuns que identificavam os geógrafos críticos para, desse modo, impedir a realização de uma efetiva "crítica da Geografia Crítica", isto é, de uma avaliação sobre esses postulados fundamentais e suas fontes de inspiração teórico-metodológica. De modo análogo, enfatizar essa heterogeneidade epistemológica para minimizar a influência do marxismo sobre os geógrafos críticos constitui tão-somente uma forma de manter o caminho aberto para a atual tendência de combinar matrizes epistemológicas diversas com o fim de reduzir a ênfase no jargão e nas teorias marxistas sem haver a necessidade de repensar a concepção do capitalismo atual que se forjou entre os geógrafos há mais de vinte anos e que ainda hoje dá o tom nos trabalhos da Geografia brasileira (DINIZ FILHO, 2002).

Este artigo é, como a fala que apresentamos na mesa redonda sobre a Geografia Crítica, um apelo para que essa reflexão mais profunda sobre a história recente da Geografia brasileira seja efetivamente realizada. Uma reflexão que já está demorando a ser feita, passada mais de uma década desde a queda do Muro de Berlim.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1/4, p. 21-122, 1994.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A construção da Geografia brasileira. **RA'E GA: o espaço geográfico em análise**. Curitiba, n. 3, p. 19-34, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri e ROSSINI, Rosa Éster. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 7-18, 1983.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 105-111, 1982.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 105-111, 1982.

CHISHOLM, M. A. Geografia e desenvolvimento. **Revista de Interciência**, 1989.

CORRÊA, Roberto. A cidade e o território. São Paulo, Ática, 1989.

COSTA, Wanderley. **espaço**. São Paulo, Ática, 1989.

COSTA, Wanderley. **Departamento de Geografia**. São Paulo, 1989.

COSTA, Wanderley. **Departamento de Geografia**. São Paulo, 1989.

COSTA, Wanderley. **Departamento de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **geografia crítica e os territórios de epistemo**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **as Relações entre a Geografia e o Território**. São Paulo, n. 71, p. 1-10, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **crítica ao conceito de território**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Departamento de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **seletiva com o tema "Geografia e o Território"**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Humana - Departamento de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **regionalização do território**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

DINIZ FILHO, Wanderley. **Boletim de Geografia**. São Paulo, 1989.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria**. 2a ed. São Paulo: Contexto, 1989.
- CHISHOLM, Michael. **Geografia humana: evolução ou revolução?** Rio de Janeiro: Interciência, 1979.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Regionalização e organização espacial**. 3a ed. São Paulo, Ática, 1991.
- COSTA, Wanderley Messias da; Moraes, Antonio Carlos Robert. **A valorização do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1984.
- COSTA, Wanderley Messias da. O espaço como categoria de análise. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 45-54, 1983.
- COSTA, Wanderley Messias da. **Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1992.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. Certa má herança marxista: elementos para repensar a geografia crítica. In: KOZEL, Salette; MENDONÇA, Francisco de Assis (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. p. 77-108.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. O "Monumento dos Bandeirantes": um Estudo Crítico sobre as Relações entre Espaço, Política e Cultura. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 71, p. 65-82, 1993.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. Os equívocos da noção de "regiões que exploram regiões": crítica ao conceito de "transferência geográfica de valor" de Edward Soja. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 13, p. 165-186, 1999.
- DINIZ FILHO, Luis Lopes. **A dinâmica regional recente no Brasil: desconcentração seletiva com "internacionalização" da economia nacional**. Doutorado em Geografia Humana - Departamento de Geografia da FFLCH-USP, São Paulo, 2000.
- GOLDENSTEIN, Léa; SEABRA, Manoel. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 1, p. 21-48, 1982.
- GOMES, Horieste. A Geografia e suas implicações no subdesenvolvimento do Terceiro Mundo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 43-58, 1982.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto; AZEVEDO, Nilce Moreira de. A geografia do imperialismo: uma introdução. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 23-42, 1982.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1994.
- HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- HARVEY, David. **The limits to capital**. 1st published, Oxford: Basil Blackwell, 1982.
- KOZEL, Salette; MENDONÇA, Francisco de Assis (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2002.
- LACOESTE, Yves. **A geografia - isso serve**, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2a ed. Campinas: Papirus, 1989.

- MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia Tradicional e sua renovação. **Borrador**, São Paulo, n. 1, 1982.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Epistemologia e geografia. **Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 75-80, 1985.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Renovação da Geografia e filosofia da educação. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3a ed. São Paulo, Contexto, 1991.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MOREIRA, Ruy. A geografia serve para desvendar máscaras sociais (ou para repensar a geografia). **Território Livre**, São Paulo, n. 1, 1979.
- MOREIRA, Ruy. Introdução: o saber geográfico: para que/quem serve?. In: MOREIRA, Ruy (Org.). **Geografia: teoria e crítica**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos: a renovação da geografia brasileira no período 1978-1988. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 2, 2000, p. 25-50.
- MOREIRA, Ruy, Velhos temas, novas formas. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; KOZEL, Salete. (Orgs.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002. Capítulo 1, p.47-62
- MÜLLER FILHO, Ivo Lauro. Considerações para uma compreensão da abordagem clássica em Geografia. **Geografia**, Rio Claro, v. 13, n. 25, p. 1-20, 1988.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Educação e ensino de Geografia na realidade brasileira. _____. (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3a ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O modo capitalista de pensar e suas "soluções desenvolvimentistas" para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 3, p. 21-36, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Reflexões sobre o imperialismo: a incorporação do Brasil ao capitalismo internacional. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 59-114, 1982.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. 2a ed. São Paulo: Ática, 1987.
- QUAINI, Massimo. **A construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. A Geografia Crítica brasileira na década de 1980: tentativas de mudanças radicais. **Geografia**, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 5-36, 2001.
- RODRIGUES, Maria Lúcia Estrada. O processo de produção do espaço: um exercício teórico-metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, p. 21-46, 1984.
- SANTOS, Douglas. Estado Nacional e capital monopolista. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3a ed. São Paulo: Contexto, 1991.
- SANTOS, Milton. Geografia, marxismo e subdesenvolvimento. Pinto, J. M. Gusmão (Coord.). **Reflexões sobre a Geografia**. São Paulo: AGB, 1980.

- SANTOS, Milton. **Paulista de Geografia**
- SANTOS, Milton. **Crítica**. São Paulo
- SILVA, Armando C. **grafias Crítica e Geografia**, São Paulo
- SOJA, Edward W. **social crítica**. Rio
- SPOSITO, Eliseu. In: KOZEL, Salete. **epistemologia d**
- VESENTINI, José. **Seleção de Textos**
- VESENTINI, José. São Paulo, n. 5, p. 33-
- VESENTINI, José. 53-58, 1985.
- WETTSTEIN, Germ. Ariovaldo Umbelino. São Paulo: Contexto,

- SANTOS, Milton. Para que a Geografia mude sem continuar a mesma coisa. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 59, p. 5-22, 1982.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1978.
- SILVA, Armando Corrêa da. A renovação geográfica no Brasil - 1976/1983 (as Geografias Crítica e Radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 60, 1984.
- SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- SPOSITO, Eliseu Savério. Pequenas argumentações para uma temática complexa. In: KOZEL, Salete; MENDONÇA, Francisco de Assis (Org.). **Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea**. Curitiba, Ed. da UFPR, 2002.
- VESENTINI, José William. Apresentação: Geografia e liberdade em Piotr Kropotkin. **Seleção de Textos**, São Paulo, n. 13, p. I-XX, 1986.
- VESENTINI, José William. Ensino da Geografia e luta de classes. **Orientação**, São Paulo, n. 5, p. 33-36, 1984.
- VESENTINI, José William. Geografia Crítica e ensino. **Orientação**, São Paulo, n. 6, p. 53-58, 1985.
- WETTSTEIN, Germán. O que se deveria ensinar hoje em Geografia. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org.). **Para onde vai o ensino de geografia?** 3a ed. São Paulo: Contexto, 1991.

Recebido em maio de 2003

Aceito em junho de 2003